

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras vai vender todos os ativos de transporte e distribuição de gás.....	2
Título: Energia barata elevaria PIB industrial em 10,6%.....	3
Título: Destaques	5
Título: BNDES discute futuro da Renova em reunião na Aneel	6
Título: Curtas	7
Título: Mitsui busca outras oportunidades de negócios no Brasil	8
Título: Órgão aprova compra da Ferrous Resources pela Vale.....	9
Título: Prefeituras aumentam apostas em PPPs de iluminação	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Governo quer pré-sal para liberar Orçamento	11
Título: Para estimular ‘choque de energia’, Petrobrás vai sair da logística do gás	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: Empresas veem transição lenta para competição após acordo do gás.....	14
Título: Sorriu para mim	16
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: Petrobras firma acordo para abrir o setor de gás.....	16
Título: A concorrência no gás natural	19
Título: As viúvas da Petrobras	21
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	21
Título: Cade e Petrobras fecham acordo.....	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Petrobras vai vender todos os ativos de transporte e distribuição de gás**

A Petrobras assinou ontem o acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para deixar, até o fim de 2021, a posição dominante no mercado de gás natural. No período a petroleira deverá vender todos os ativos e participações que possui nos segmentos de transporte (gasodutos) e distribuição (gás canalizado).

O acordo, celebrado na forma de Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC), será acompanhado pelo Cade para que seja cumprido à risca. Até lá, a Petrobras terá todos os processos de investigações relacionados ao abuso de poder econômico suspensos.

Se atender todas as exigências do Cade, as investigações que estavam em curso serão arquivadas. O órgão antitruste apurava se a companhia vinha praticando condutas anticompetitivas no mercado nacional. Isso poderia se dar, por exemplo, pela discriminação de concorrentes por meio da fixação diferenciada de preços.

Ao anunciar os termos do acordo, o presidente do Cade, Alexandre Barreto, informou que a estatal deverá alienar sua participação nas transportadoras, sendo 10% na Nova Transportadora do Sudeste (NTS), 10% na Transportadora Associada de Gás (TAG) e 51% na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).

No segmento de distribuição, a petroleira terá duas alternativas: vender as fatias minoritárias em 19 distribuidoras estaduais detidas por meio da Gaspetro ou vender o controle dessa subsidiária que tem a titularidade das participações nas concessionárias de gás canalizado. Atualmente, a estatal tem 51% na Gaspetro, enquanto outros 49% pertencem a japonesa Mitsui.

"A Petrobras está firmemente comprometida a sair integralmente do transporte e distribuição de gás. Venderemos todas as nossas participações, inclusive as remanescentes dos gasodutos NTS e TAG, além da nossa participação no gasoduto Gasbol Brasil-Bolívia", confirmou o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que acompanhou a assinatura do acordo.

O presidente da estatal disse que gostaria de concluir a venda "no período mais curto possível", mas "provavelmente" a transação não sairá no tempo esperado por ter que submetê-las ao Tribunal de Contas da União (TCU). "Nós somos disciplinados e seguiremos com toda a transparência para proporcionar as melhores condições de venda desses ativos".

Castello Branco afirmou que a saída dos segmentos de transporte e distribuição de gás natural está alinhada aos interesses estratégicos da companhia, o que condiz com a ideia de priorizar as áreas de exploração e produção de petróleo e gás. O executivo disse inclusive que, na próxima semana, a estatal deve avançar nas negociações de venda de ativos de distribuição no Uruguai.

"Esse não é o negócio da Petrobras. Ao fim desse processo, a nossa participação no negócio de distribuição e transporte de gás, seja no Brasil ou em qualquer lugar do mundo, será zero", disse o principal executivo da estatal.

No acordo com o Cade, a Petrobras deverá arrendar a terceiros seu terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) na Bahia, sem a necessidade de alterar a configuração do negócio em outras duas unidades deste tipo, Rio de Janeiro e Ceará. Além disso, a estatal também poderá manter o controle sobre unidades de processamento que estão associadas a sua produção.

O acordo assinado ontem é semelhante ao já firmado com a estatal no setor de combustíveis, em que se exigiu a venda de oito de 13 refinarias até o fim de 2021. Isso equivale a 50% da capacidade de refino da companhia.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu o acordo, alegando que a demanda por investimentos no setor de gás natural supera muito a capacidade de uma empresa somente.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, destacou que ontem mesmo saiu a resolução da agência que ajudará na abertura do mercado. Segundo ele, em 60 dias os preços no mercado cativo (distribuidoras) e do gás ainda não tratado serão públicos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Lu Aiko Otta | De Brasília

Título: Energia barata elevaria PIB industrial em 10,6%

O acordo assinado pela Petrobras com o Cade abre caminho para o "choque de energia barata" prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Cálculos

divulgados na noite de ontem pelo governo mostram que, se o preço da energia cair 50%, o Produto Interno Bruto (PIB) industrial cresce 10,578% no primeiro ano e 6,974% no ano seguinte. Essa é a hipótese mais otimista da simulação que buscou demonstrar os benefícios do chamado Novo Mercado do Gás (NMG). Mesmo as simulações mais conservadoras mostram crescimento até um novo ponto de equilíbrio, por volta do quinto ano.

"O NMG deve trazer novo cenário para a indústria brasileira", diz a nota técnica dos ministérios da Economia e de **Minas e Energia**. O documento afirma que os altos preços do gás provocaram desinvestimento e fechamento de indústrias. A redução do preço virá da colocação no mercado do gás do pré-sal e de reservas nas bacias de Sergipe e Alagoas.

Além de eliminar a predominância da Petrobras, permitindo a entrada de outras empresas nesse mercado, o governo montou um pacote de medidas para melhorar a concorrência na distribuição. Essa atividade é monopólio dos Estados, por isso foram criados incentivos para que eles modernizem suas legislações e criem um ambiente favorável ao investimento. Eles serão incentivados a privatizar companhias estaduais de gás.

A nota deixa claro que o governo não atuará para tirar o poder na distribuição de gás dos Estados. Afirma também que, no entendimento do governo federal, os contratos vigentes serão respeitados.

Os incentivos aos governadores para melhorar a regulação do serviço de distribuição de gás estarão em dois projetos de lei que tratam de programas de equilíbrio fiscal dos Estados. O primeiro é o Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF), já em tramitação no Congresso. Ele permite que unidades da Federação com problemas fiscais recebam garantias da União para tomar empréstimos, desde que se comprometam com medidas de melhoria das contas e transparência.

O segundo projeto de lei é o que trata do Programa de Fortalecimento das Finanças Estaduais (PFE). Esse programa permite transferir para Estados parcela da participação da União em óleo e gás. Será criado um ranking com aqueles que possuem melhores indicadores de melhoria na regulação da distribuição de gás. A posição no ranking será critério para distribuição de parte dos recursos.

A classificação vai ser elaborada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Como requisitos, estão adoção de modernas práticas regulatórias, criação e fortalecimento de agências reguladoras estaduais e adesão ao acordo de transporte de gás e privatização da empresa estadual de distribuição.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/07/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Barragem mais segura

A Vale informou ontem que os 49 moradores das vilas A e Codornas, que fazem parte da Zona de Autossalvamento (ZAS) da barragem Vargem Grande, localizada na mina de Abóboras, em Nova Lima (MG), retornaram para suas casas no sábado. Em seu Twitter, a companhia ressaltou que a volta foi autorizada pela Defesa Civil de Minas Gerais. "O retorno somente foi possível após ações que geraram aumento do grau de segurança da estrutura, que teve seu nível de alerta do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) reduzido de 2 para 1." A mina de Abóboras fica no complexo de Vargem Grande, onde a companhia mantém uma pelotizadora, teve as operações paralisadas em março. A expectativa do mercado é que o retorno das atividades no complexo aconteça até setembro.

Minério volta a subir

Os preços do minério de ferro voltaram a subir ontem, no mercado à vista de Qingdao, após três quedas consecutivas. A tonelada da commodity com teor de pureza de 62% fechou cotada a US\$ 118,38, alta de 3,1%. Na sexta-feira, houve forte retração de 6,6%, para US\$ 114,25 a tonelada. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a maioria dos participantes do mercado está preocupada com o aperto da oferta de minério. Segundo analistas ouvidos pela "Dow Jones", os preços da commodity devem se sustentar no curto e médio prazo em decorrência da redução das estimativas de exportação da Austrália e do Brasil neste ano. Os futuros de minério de ferro da Dalian Commodity Exchange subiram 3,8%, para 861 yuans por tonelada, ante a cotação de fechamento de sexta-feira, de 829,50 yuans por tonelada.

Eólicas da EDP Renováveis

A EDP Renováveis Brasil (EDPR Brasil) firmou contrato de fornecimento de energia de longo prazo a partir de dois parques eólicos no Rio Grande do Norte, com capacidade total de geração de 126 megawatts (WM). Os parques têm início de operação previsto para até 2022. O contrato prevê o suprimento de energia dos dois parques por 20 anos. O valor do contrato e o nome do comprador da energia não foram divulgados. De acordo com a empresa, com a transação, o grupo EDP Renováveis (EDPR), controlador da EDPR Brasil, passa a

ter contratados 3,3 gigawatts (GW), dos cerca de 7 GW de capacidade prevista para o período 2019-2022, conforme anunciado durante a atualização do planejamento estratégico do grupo, em março. A EDPR Brasil possui hoje 467 MW de capacidade instalada de projetos eólicos no Brasil. A EDPR tem atualmente mais de 1 GW de projetos de energia eólica em desenvolvimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: BNDES discute futuro da Renova em reunião na Aneel

As tratativas entre Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), BNDES e Renova Energia a respeito dos contratos da fase A do complexo eólico Alto Sertão III tiveram avanço ontem. A questão seria objeto da reunião ordinária da agência reguladora de hoje, mas foi retirada da pauta diante de uma reunião entre representantes do banco de fomento com diretores da Aneel realizada ontem no fim do dia. Com R\$ 960 milhões a receber, o banco é o maior credor do projeto, que depende da venda do contrato à AES Tietê para ser viabilizado. A reunião contou com a presença do presidente do BNDES, Gustavo Montezano. Segundo fontes, o tema da Renova foi um dos assuntos tratados no encontro.

Segundo fontes, o objetivo da conversa era reforçar os argumentos pela manutenção dos contratos de venda de energia de longo prazo do complexo eólico, firmados por meio de leilões de energia de reserva (LER). Como os preços praticados nos certames na época eram consideravelmente maiores que os praticados hoje, a agência reguladora resiste em manter esses contratos. A Renova, contudo, alega que a realidade da época do leilão é que precisa ser considerada, assim como os benefícios "sistêmicos" do projeto, como geração de empregos e respeito aos contratos com fornecedores e credores.

Entre os cenários possíveis, é considerado mais provável o da manutenção da outorga do empreendimento, que já está em fase avançada de construção. Se os contratos de venda de energia no mercado regulado forem cancelados, contudo, será necessário reduzir o preço a ser pago pela AES Tietê pela aquisição do projeto, se a companhia continuar interessada no empreendimento. A proposta de compra original envolvia a assunção de dívidas e o desembolso de R\$ 350 milhões à Renova.

A venda do projeto, cujas obras estão com 87% de conclusão, é fundamental para evitar que a empresa, controlada pela Cemig e a Light, não tenha outra opção a não ser entrar em recuperação judicial. Na semana passada, a diretoria

da agência deu uma má notícia à Renova. O diretor Sandoval Feitosa, na qualidade de diretor-geral substituto da Aneel, negou pedidos de efeito suspensivo apresentados pela Renova e pela AES Tietê questionando uma decisão do início de junho, que revogou as outorgas da fase B do complexo eólico. O mérito dos pleitos ainda será sorteado com algum diretor e posteriormente discutido.

No início de junho, a diretoria da Aneel revogou a autorização para construção da fase B do empreendimento, que teria 305 megawatts (MW) de potência. O recurso rejeitado pedia a anuência da agência à transferência de todo o projeto para a AES Tietê. Segundo o documento, a consequência da revogação das outorgas do complexo poderia ser a recuperação judicial da Renova, exigindo aportes de recursos das suas sócias, Cemig e Light, para pagar as dívidas. A reunião de hoje discutiria a transferência da outorga da fase A, que terá 438 MW, da Renova para a AES Tietê. As obras dessa primeira parte estão paralisadas desde 2016 por falta de recursos.

Em dezembro do ano passado, a área técnica da agência reguladora havia recomendado o cancelamento de todos os contratos do projeto. Parte da energia da fase A foi vendida em leilões de energia de reserva no passado, mas a companhia negociou a extensão dos prazos de conclusão quando começou a enfrentar problemas financeiros. A dívida total do empreendimento soma R\$ 1,4 bilhão, incluindo cerca de R\$ 300 milhões com fornecedores. Se a Renova conseguir manter a outorga da fase B, a AES Tietê irá desembolsar ainda R\$ 90 milhões referentes ao projeto e a uma carteira de projetos de geração desenvolvidos.

Diante da preocupação de calote da dívida contratada pelo projeto, o BNDES tem se envolvido nas tratativas com a Aneel. Em carta enviada à agência em 12 de junho, o banco destacou a preocupação com as consequências do eventual indeferimento do plano de transferência da fase A para a AES Tietê. No dia seguinte, foi feita uma reunião com os técnicos da agência. O encontro de ontem avançou nas discussões ao envolver também diretores da Aneel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Barragens da Chesf

A Chesf lançou edital de licitação para contratação de serviço de revisão periódica de segurança de barragens. O recebimento e abertura das propostas estão previstos para ocorrer em 26 de julho. O objeto do contrato é a revisão dos projetos de 11 hidrelétricas da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Mitsui busca outras oportunidades de negócios no Brasil

Após a conclusão da aquisição do controle da Supervia, por meio da Gumi Brasil, a Mitsui procura novas oportunidades de investimentos em infraestrutura no Brasil. Segundo Kazuhisa Ota, representante do grupo japonês e novo diretor chefe executivo (CEO) da Gumi, dos cerca de US\$ 100 bilhões de ativos do conglomerado no mundo, aproximadamente US\$ 8 bilhões estão no Brasil.

"Sempre estamos acreditando no potencial do Brasil. E, apesar dos últimos anos em que o país sofreu uma queda da economia, o Brasil continua sendo um mercado importante para a Mitsui. Nossa empresa vai sempre estar procurando oportunidades de investimento", disse o executivo.

Com relação ao negócio de transporte ferroviário de passageiros, existe um acordo entre a Mitsui, a West Japan Railway Company (JRW) e o Join para que todos os investimentos sejam feitos por meio da Guarana Urban Mobility (Gumi), sociedade firmada entre as três instituições.

Além da Supervia, do qual atua por meio da subsidiária integral Gumi Brasil, a Gumi possui participação minoritária em outros três negócios no Brasil: o VLT Carioca, o projeto do VLT de Goiânia e a linha 6 do metrô de São Paulo.

A Supervia, no entanto, será o primeiro negócio em que a Gumi será a controladora. "Gostaríamos de apoiar a Supervia para melhorar a qualidade de seu serviço e aumentar a satisfação de seus usuários. Queremos demonstrar um caso de sucesso para ampliar nossa área de atuação nesse ramo de mercado aqui no país", disse Ota.

Segundo o executivo, no setor de transporte de cargas, por exemplo, a Mitsui pode atuar por conta própria. É o caso, por exemplo, da VLI Logística, em que o grupo japonês é sócio da Vale, FI-FGTS e Brookfield.

Entre os principais negócios do grupo japonês no Brasil estão participações acionárias na mineradora Vale e em distribuidoras estaduais de gás natural.

Na área de energia, a Mitsui adquiriu neste ano participação de 17% na Órigo Energia, empresa de geração solar distribuída. Na última semana, a empresa iniciou a operação de uma fazenda solar em Francisco Sá (MG), com 19.920 placas solares e capacidade de 5 megawatts (MW).

Com a operação, a companhia totaliza agora três unidades conectadas à rede da Cemig. A expectativa da empresa é conectar mais cinco fazendas até o fim do ano.

A Mitsui também tem 20% na Energia Sustentável do Brasil, dona da hidrelétrica de Jirau.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Órgão aprova compra da Ferrous Resources pela Vale

O tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem, sem restrição e por unanimidade, a compra da mineradora Ferrous Resources pela Vale. O negócio foi anunciado em dezembro, envolvendo o pagamento de US\$ 550 milhões.

A Superintendência-Geral do Cade havia se posicionado favorável ao negócio, embora concorrentes tenham se manifestado contrários. A Porto Sudeste, por exemplo, alegou que a aquisição geraria concentração ainda maior no mercado de minério de ferro e no setor de terminal de exportação da commodity, já liderado pela Vale.

Ao anunciar a compra, a mineradora informou o novo ativo reúne minas de minério de ferro em atividade no Estado de Minas Gerais, em áreas onde já atua - a região do Quadrilátero Ferrífero. A companhia espera incorporar a produção de quatro milhões de toneladas anuais de "pellet feed" de alta qualidade a sua atual capacidade. O "pellet feed" é matéria-prima usada para a produção de pelotas, mas vendida também separadamente no mercado como um produto de qualidade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/07/2019

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Carro | Do Rio

Título: Prefeituras aumentam apostas em PPPs de iluminação

A crise fiscal nas prefeituras impulsionou o volume de Parcerias Público-Privadas (PPPs) na área de iluminação pública no primeiro semestre deste ano. Entre janeiro e junho, 23 projetos foram iniciados, segundo a consultoria Radar PPP. Em termos anuais, o total de PPPs "priorizadas" - aquelas em que há uma decisão inicial do Executivo municipal de estruturar a parceria - segue uma trajetória fortemente ascendente desde o início da série histórica, em 2013.

No ano passado, 78 PPPs de iluminação pública foram lançadas, montante 20% superior ao registrado em 2017. O segmento específico vem sendo privilegiado porque, diferentemente dos projetos de saneamento, por exemplo, as PPPs de iluminação pública contam já de saída com uma fonte de financiamento estável: a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública (Cosip), cobrada diretamente nas contas de luz.

Nos primeiros seis meses de 2019 foi registrado o segundo maior número de projetos priorizados da série histórica elaborada pela Radar PPP - o total no semestre (23) perde apenas para o mesmo período de 2016 (31 iniciativas). "É comum no último ano de governo, como lançamento da plataforma da reeleição, que alguns prefeitos anunciem projetos novos e estruturantes para as cidades", explica Rodrigo Reis, sócio da consultoria. "Não raro estes projetos também são incorporados nos respectivos planos de governo. Isso aconteceu no ano de 2016 para outros setores, não apenas no de iluminação pública."

Parte da expansão ao longo dos últimos anos pode ser creditada à constituição do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP), analisa Reis. O instrumento de financiamento foi criado em 2017, com recursos iniciais de R\$ 180 milhões. É gerido pela Caixa Econômica Federal. O objetivo do fundo é apoiar projetos desde a fase do estudo de viabilidade até a assinatura do contrato.

A existência de fontes de financiamento de projetos (FEP) e remuneração do investimento (Cosip e contribuições similares) tem atraído o setor privado para o mercado de iluminação pública. O potencial de mercado representado por sistemas de iluminação pública obsoletos espalhados por milhares de prefeituras brasileiras é outro atrativo para as companhias privadas.

A substituição de lâmpadas que empregam tecnologias ultrapassadas - como as vapor de mercúrio e de sódio, por exemplo - por aquelas do tipo LED pode representar economia de energia superior a 50%.

"Como não há mais dinheiro, as prefeituras estão procurando as alternativas mais viáveis para melhorar o serviço público prestado à população", diz Eduardo Stranz, consultor técnico da presidência da Confederação Nacional de Municípios (CNM). A entidade congrega 5.300 dos 5.570 municípios do país.

Como a contribuição para custeio da iluminação pública recai diretamente sobre o contribuinte, a modernização do sistema de iluminação pode (ao reduzir o consumo de energia) trazer dividendos políticos para o prefeito. De acordo com Stranz, a oferta desse tipo de serviço por parte das empresas privadas aumentou nos últimos três anos.

A simples priorização dos projetos de PPP não garante que saiam do papel. Desde 2013, foram efetivamente assinados 14 contratos de PPP na área de iluminação pública, em cidades de sete Estados. O valor total dos acordos é de R\$ 10,8 bilhões. E os investimentos projetados somam R\$ 3,8 bilhões.

Na preferência dos investidores, a iluminação pública leva vantagem em relação a outros segmentos, como transporte e saneamento. "É muito mais desafiador para os municípios honrar os contratos em que não há receitas vinculadas", diz Reis.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/07/2019

Seção: Economia

Autor: Fabrício de Castro

Título: Governo quer pré-sal para liberar Orçamento

Segundo secretário, descontingenciamento vai depender da arrecadação do leilão de novembro

O secretário Especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou ontem que a tendência é que seja anunciado um novo bloqueio no Orçamento da União no próximo dia 22. Mas, segundo ele, caso o governo tenha indicações de que a receita prevista para a arrecadação do megaleilão do pré-sal, marcado para novembro, entrará ainda este ano, poderá haver um desbloqueio dos recursos. A equipe econômica espera arrecadar R\$ 106 bilhões com o bônus da assinatura, o que transformaria o leilão de novembro no maior para o setor de petróleo já feito no País.

Para viabilizar a licitação, o governo fechou um acordo com a Petrobrás no qual ficou acertado que a estatal vai receber R\$ 33,69 bilhões. O dinheiro seria uma compensação pela revisão de um acordo feito em 2010, em que a estatal recebeu do governo o direito de produzir até cinco bilhões de barris em uma área da Bacia de Santos. Foi descoberto posteriormente que havia muito mais petróleo na região e, portanto, as condições do contrato precisariam ser revistas. E é justamente este excedente de óleo que será leiloado. O leilão está marcado para 6 de novembro e o pagamento à União dos bônus de assinatura está previsto para 23 de dezembro. "Cada dia em que eu atraso o leilão é um

dia que eu atraso o pagamento”, afirmou Rodrigues. “Se houver atraso de três semanas no leilão, muito provavelmente o pagamento não se realiza este ano.” Na prática, isso significaria que não haveria descontingenciamento de recursos do Orçamento.

“Mas essa data (6 de novembro) é factível para cada uma das etapas que têm de ser cumpridas”, acrescentou. Além da receita com os recursos do leilão, o secretário também conta com a privatização da Eletrobrás para que o Orçamento seja desbloqueado. Segundo ele, a venda do controle da estatal poderia abrir um espaço de “dezenas” de milhões no Orçamento. De acordo com o secretário, junto com o novo bloqueio do Orçamento, cujo número ainda não foi fechado, o governo vai anunciar a revisão da expectativa de crescimento do produto Interno Bruto (PIB) deste ano de 1,6% para algo entre 0,8% e 1,2%.

Reforma tributária. O secretário da Fazenda afirmou ainda que a reforma tributária será encaminhada ao Congresso “brevemente” e contemplará três pontos: unificação de impostos federais, um novo imposto sobre meios de pagamento e reformatação do imposto de renda. “Com a aprovação da reforma da Previdência na Câmara, nós já teremos condições de divulgar a reforma tributária”, disse Rodrigues.

Segundo ele, o governo recebeu tanto a proposta trazida pelos empresários – ligados ao movimento “Brasil 200”, que conta com nomes como Flávio Rocha, da Riachuelo, e Luciano Hang, da Havan – quanto a apresentada pelo Consórcio Nacional de Secretarias de Fazendas, Finanças, Receita e Tributação (Consefaz). Rodrigues afirmou que a proposta do Consefaz menciona um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual – ou seja, um federal e outro estadual. De acordo com o secretário, o governo é “bastante simpático” a esta ideia. “No todo, a reforma tributária não está fechada, até porque queremos ouvir os secretários e o Congresso Nacional”, disse.

Apesar de o governo insistir em uma proposta própria de reforma tributária, já há um projeto tramitando na Câmara, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), baseado em propostas feitas pelo economista Bernard Appy. Esse projeto, que tem a bênção do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já foi até aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta apresenta a unificação de cinco tributos – IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS – num único Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), que deverá ser cobrado apenas no local onde o produto for consumido. O prazo de transição para o novo sistema seria de dez anos, com dois anos para testes e calibragem das alíquotas, e oito anos para a implementação integral das mudanças.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/07/2019****Seção: Economia****Autor: Lorena Rodrigues****Título: Para estimular 'choque de energia', Petrobrás vai sair da logística do gás**

À venda. Depois do compromisso de reduzir presença em refinarias, estatal assina acordo com Cade para sair da distribuição e do transporte de gás natural até 2021; medida vai ao encontro do objetivo do governo de atrair investidor e promover competição no setor

A Petrobrás assinou ontem acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e deixará totalmente o mercado de distribuição e transporte de gás natural até 2021. O compromisso abre caminho para que a empresa e o governo atinjam o objetivo compartilhado de acabar com o monopólio da estatal nesse mercado. A meta é reduzir o preço do gás e promover o “choque de energia barata” que vem sendo prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. “A Petrobrás está comprometida a sair integralmente do transporte e distribuição de gás”, afirmou Roberto Castello Branco, presidente da estatal. “Pretendemos concluir as transações no período mais curto possível e, ao final do processo, nossa participação em distribuição será zero.” Negociação. Em troca da venda de ativos, o Cade encerrará três processos contra a petroleira por conduta anticompetitiva nesse mercado.

O compromisso estipula que a empresa venderá sua participação nas transportadoras Nova Transportadora do Sudeste (NTS), Transportadora Associada de Gás (TAG) e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). A estatal ainda tem 10% de participação na NTS, cujo controle foi vendido para a Brookfield, e na TAG, para a francesa Engie. A companhia também acabará com sua participação acionária indireta em distribuidoras estaduais. Castello Branco disse que a estatal já está conversando com a Mitsui, sócia na Gaspetro, para estruturar a venda da participação da Petrobrás em um prazo curto. O acordo prevê ainda outras obrigações, como o arrendamento de uma planta de GNL, a oferta de capacidade remanescente nos dutos a terceiros, a abertura de dados sobre capacidade de transporte da NTS e da TAG, e o fim de cláusulas de exclusividade em contratos vigentes.

A Petrobrás também se comprometeu a não contratar novos volumes de gás natural, de parceiros ou terceiros. O superintendente-geral do Cade, Alexandre Cordeiro, disse que hoje os produtores dependem dos dutos da Petrobrás para transportar o gás e a estatal tem participação em 20 das 27 distribuidoras estaduais do insumo. “A Petrobrás controla oferta, transporte e demanda de gás natural”, afirmou. “Detectamos condutas anticompetitivas (por parte da

estatal) no mercado de gás, como abuso de posição dominante e discriminação ao contratar.” Segundo Cordeiro, não houve exigência de vendas na área de produção porque nesse mercado há competidores. “Com acesso à infraestrutura, outros produtores entrarão no mercado e vão aumentar a concorrência.”

O cronograma de alienação de ativos de gás vai até o fim de 2021, mas pode ser adiado por um ano, caso o Cade julgue necessário. Refino. Esse é o segundo grande acordo que o Cade firma com a Petrobrás neste ano, em menos de um mês. Em junho, o órgão aceitou outra proposta da empresa, de vender oito refinarias, o que representa metade da capacidade atual da estatal nessa área. Nos dois casos, a negociação entre autoridade antitruste e empresa foi acompanhada de perto por representantes do governo e os compromissos atendem os objetivos da atual administração de reduzir o tamanho da estatal.

Ontem, o julgamento foi sucedido por uma cerimônia de assinatura simbólica do compromisso, com a participação do presidente da Petrobrás, Roberto Castelo Branco, do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e dos secretários do Ministério da Economia Marcelo Guarany, Waldery Rodrigues e Salim Mattar. A segurança na sessão foi reforçada depois de um empresário ter se matado em um evento com a participação de Albuquerque na semana passada, no Sergipe. Foram instalados detectores de metais na entrada do conselho para o encontro.

“O acordo entre Cade e Petrobrás está em consonância com política energética do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)”, disse o ministro Bento Albuquerque. “A demanda por investimentos no mercado de gás supera capacidade de uma única empresa de investir. Caminhamos a passos largos para o novo mercado de gás.” O secretário executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, disse que o ministério está debruçado sobre o “novo choque de energia”. “Há alinhamento políticos e de órgãos que cuidam do assunto”, disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona e Julio Wiziack RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA

Título: Empresas veem transição lenta para competição após acordo do gás

Grandes consumidores se queixam de falta de ação imediata para reduzir monopólio da Petrobras

A ausência de medidas para obrigar a Petrobras a reduzir de imediato sua participação na venda de gás natural no país frustrou expectativas do setor em relação ao acordo entre a empresa e o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Económica) para a quebra do monopólio no produto no país.

Para a Abrace (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia), a manutenção de todos os contratos da Petrobras tornará mais lenta a transição para um mercado mais competitivo.

Isso porque novos fornecedores só chegarão ao mercado quando campos operados por companhias privadas entrarem em operação na próxima década.

Conforme a Folha antecipou, o acordo prevê a saída da Petrobras dos segmentos de transporte e distribuição de gás, além da cessão de espaço em gasodutos e instalações que trazem o combustível das plataformas em alto-mar.

A estatal foi proibida de celebrar novos contratos de compra de gás de suas sócias na produção. Mas foi autorizada a ficar com os contratos atuais.

Hoje, a Petrobras é dona de cerca de 75% do gás produzido no país, mas é praticamente monopolista na venda do combustível, uma vez que suas sócias preferem lhe vender suas parcelas na produção por não ter acesso à infraestrutura de escoamento.

Segundo a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), a Petrobras compra o gás de seus parceiros por cerca de R\$ 15 por milhão de BTU (unidade de poder calorífico) e revende a distribuidoras por cerca de R\$ 40.

Na sexta-feira (5), a agência determinou que a estatal abra esses preços.

O mercado defendia junto ao Cade um processo conhecido como “gas release”, que consiste na transferência gradativa de contratos de venda do produto a outras empresas.

“É uma ferramenta fundamental para acelerar a transição para um mercado competitivo”, disse o coordenador da área de gás natural da Abrace, Adrianno Lorenzon.

“Sem ele, a transição será bem mais lenta”, afirmou, frisando que a associação considerou que as medidas anunciadas foram um avanço.

A previsão é que novos campos produtores operados por empresas privadas entrem em operação a partir de 2023.

Também defensora da transferência de contratos, a Abegás (que reúne as distribuidoras de gás canalizado) vê ainda falta de clareza. “Dos pontos principais que levantamos, nada foi acatado”, disse o presidente da entidade, Augusto Salomon.

Em nota, a estatal afirmou que a assinatura do termo de compromisso “está alinhada com a estratégia da companhia de melhoria na sua alocação do capital, redução da alavancagem e do risco regulatório”. A empresa disse ainda que o processo ajudará a atrair novos investidores ao setor de gás.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Sorriu para mim

Painel S.A.

A aprovação do acordo entre Petrobras e Cade para que a estatal venda ativos como sua participação no gasoduto Gasbol foi comemorada pelo secretário de Produtividade, Carlos da Costa. “Ganham os setores químico, de cerâmica, vidro, plástico, entre outros. É o início de um tsunami do bem, que abrirá vários mercados à concorrência saudável”, diz.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/07/2019

Seção: Economia

Autor: RENATA VIEIRA, MARCELLO CORREA, BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras firma acordo para abrir o setor de gás

Estatal se compromete com o Cade a vender participações em empresas do setor, incluindo Gasoduto Brasil-Bolívia

BRASÍLIA E RIO- Por unanimidade, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem um acordo com a Petrobras para encerrar uma investigação por suspeita de práticas anticompetitivas no mercado de gás. A estatal se comprometeu a vender toda a sua participação direta e indireta em empresas de transporte e distribuição de gás. Isso inclui se desfazer de sua fatia na empresa que controla o Gasoduto Brasil-Bolívia, da qual detém o controle com 51% das ações. Assim, a empresa deixará de controlar as etapas do transporte de gás natural importado do país vizinho, abrindo espaço para concorrentes.

Como também utiliza o gás importado, a Petrobras se tornará uma consumidora comum do gasoduto. De acordo com o presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, não há informações sobre se isso aumentará os custos da petroleira: — A Petrobras vai continuar sendo usuária do serviço de transporte via um contrato com essa empresa, que não será mais dela — afirmou Oddone, ao participar de um evento no **Ministério de Minas e Energia**, em Brasília.

O Termo de Cessação de Conduta (TCC) aprovado pelos conselheiros do Cade é o primeiro passo concreto do plano lançado há duas semanas pelo governo para aumentar a competição no setor e baratear o gás no país. Nas contas do governo, o preço do gás pode cair até 40% em dois anos. Isso poderia estimular cerca de R\$ 32 bilhões em investimentos industriais até 2032, segundo as estimativas.

PRAZO: DEZEMBRO DE 2021

Nos termos do acordo aprovado ontem, a Petrobras se compromete a vender as participações de 10% que ainda tem nas transportadoras Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e Transportadora Associada de Gás (TAG), além dos 51% da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). A estatal terá que vender participações diretas e indiretas em 20 distribuidoras nos estados.

No caso das distribuidoras, a saída poderá ocorrer de duas maneiras: por venda das ações da estatal na Gaspetro ou pela saída dessa subsidiária de cada uma das distribuidoras. O prazo da saída segue o plano de desinvestimentos da Petrobras, que envolve também a venda de ativos em outros setores, como o de refino. Tudo deve ser concluído até dezembro de 2021. O prazo pode ser estendido em um ano, mas depende de justificativa.

A estatal também se comprometeu a não discriminar outras empresas no acesso aos seus sistemas de escoamento de gás e a suas unidades de processamento do produto. Atualmente, a Petrobras é responsável por 77% da produção nacional de gás e por 100% da importação do produto, além de operar praticamente toda a infraestrutura de transporte.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, comemorou o acordo e confirmou que o objetivo da estatal é sair de maneira integral do setor no menor prazo possível, embora sem precisá-lo.

— Em 27 dias, estão sendo quebrados monopólios de 22 anos — afirmou.

— A Petrobras está firmemente comprometida em sair integralmente do transporte e distribuição. Venderemos todas as participações nos gasodutos da NTS e TAG e também no gasoduto Brasil-Bolívia e na Gaspetro.

Para Rivaldo Moreira Neto, sócio-diretor da consultoria Gas Energy, o acordo entre Petrobras e Cade é um marco histórico, mas a venda do controle da TBG tem desafios. O Gasoduto Brasil-Bolívia tem capacidade de transporte de 30 milhões de metros cúbicos por dia, com contratos firmados pela Petrobras, que importa o gás da Bolívia. Desse total, vence no fim deste ano o contrato de importação de 18 milhões de metros cúbicos por dia, que não será renovado pela estatal. Em 2021, vence o relativo a outros seis milhões de metros cúbicos diários.

— Isso gera uma percepção de risco maior para o comprador do gasoduto, pois não haverá contratos de transporte de gás de longo prazo. São esses contratos que garantem a receita futura do ativo — observa o especialista.

A ANP realiza chamada pública, até o fim de 2019, para saber se haverá interessados em assumir esses contratos.

— Os candidatos à parcela da Petrobras na TBG vão precisar analisar muito bem o cronograma de receitas determinado pela ocupação da capacidade nos próximos anos — diz Márcio Balthazar, da consultoria Nat Gas Economics.

OS PRINCIPAIS NEGÓCIOS DA PETROLEIRA NO SETOR

GASPETRO

A empresa de participações na área de distribuição de gás é controlada pela Petrobras, que tem 51% do capital. O restante é da japonesa Mitsui. A empresa detém fatias de 20 distribuidoras de gás natural canalizado no país, entre companhias estaduais estatais e privatizadas.

TBG

O Gasoduto Brasil-Bolívia é controlado atualmente pela Petrobras, dona de 51%. Os outros sócios são a estatal boliviana YPFB, BBPP Holdings e GTB-TBG Holdings. A rede tem 3.150 quilômetros, sendo 557 na Bolívia e 2.593 no Brasil.

TAG

A Transportadora Associada de Gás (TAG) teve 90% do seu capital vendidos recentemente para um consórcio liderado pela francesa Engie por US\$ 8,6 bilhões, mas a estatal manteve 10% de participação. Sua rede de gasodutos entre Norte e Nordeste tem 4,5 mil quilômetros de extensão.

NTS

A Petrobras ainda é sócia da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), com 10% do capital. O restante das ações está nas mãos da Brookfield. A rede de gasodutos tem 2.050 quilômetros de extensão no Sudeste.

LIQUIGÁS

A Petrobras é dona de 100% da empresa que atua no engarrafamento, distribuição e comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP).

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/07/2019****Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: A concorrência no gás natural**

A Petrobras e o Cade deram ontem um passo histórico para viabilizar mais competição no mercado de gás natural e, conseqüentemente, queda dos preços dessa fonte energética. A empresa se comprometeu a vender sua participação em gasodutos, distribuidoras, arrendar terminais e dar acesso a outras empresas aos dutos de escoamento e unidades de processamento. Capitalismo sem competição o Brasil sabe fazer, com seus monopólios, oligopólios e cartéis. O desafio é permitir que a competição aconteça.

O Cade, órgão de defesa da concorrência, acusava a empresa de práticas anticoncorrenciais. Mas isso todos já sabiam. A novidade é que pela primeira vez o órgão atuou de forma mais dura contra a Petrobras, e pela primeira vez a estatal se dispôs a fazer um acordo para diminuir a sua participação no setor. A assinatura de um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) fará com que a empresa tenha data para vender ativos, sob o risco de pagamento de multas em caso de descumprimento do que foi acordado.

Se tudo der certo, ela deixará de ser monopolista de fato. Pela lei, o monopólio da Petrobras em todos os mercados de óleo e gás acabou em 1995. A mudança permitirá que outras companhias aumentem a sua participação no setor. Só que será lento. O mercado acredita que levará algum tempo para que isso seja realidade.

— Tudo terá que ser feito sem pressa porque a Petrobras é uma empresa de capital aberto e não pode haver o risco de quebra de contrato. Mas o TCC tem prazo para o cumprimento de metas, penalidades, e tudo será fiscalizado. Foi uma forma de se quebrar de fato o monopólio da Petrobras sem ter que passar

pelo Congresso e diminuindo o risco jurídico — afirmou o consultor Adriano Pires, do CBIE.

O Termo assinado ontem tem basicamente três frentes. Na primeira, a Petrobras terá que vender ativos, como a participação em gasodutos — inclusive no gasoduto Brasil-Bolívia — e nas distribuidoras de gás. Para se ter uma ideia, ela é sócia em 20 das 27 distribuidoras estaduais de gás. A venda dos ativos vai reforçar o caixa da companhia, que ainda luta para reduzir o seu endividamento.

Na segunda frente da decisão de ontem, a regulatória, ela será obrigada a dar mais espaço para outras empresas nos dutos que transportam o gás do pré-sal até a costa brasileira. E por fim, terá que arrendar um terminal de regaseificação na Bahia, abrindo a concorrência para o gás liquefeito que é importado pelo Brasil.

Entre os grandes consumidores, a visão também é positiva. Para o diretor-superintendente da Abividro, Lucien Belmonte, o Cade poderia ter sido até mais duro com a Petrobras, suspendendo contratos que são considerados abusivos, mas ele admite que ainda assim a mudança vai na direção correta.

— O papel da Petrobras está mudando. Ao mudar, deixa de ocupar espaço que agora poderá ser de outras empresas. Mas não será de um dia para o outro que haverá um choque de gás barato no país. Para a indústria, o ideal é que houvesse resultados mais rápidos — afirmou.

O governo espera, e o mercado acha possível que a produção de gás no Brasil dobre nos próximos quatro anos com o crescimento da exploração do petróleo. O gás vem associado ao petróleo. Cerca de 25% do gás extraído do pré-sal já é produzido por outras empresas, e não pela Petrobras, mas elas esbarram no monopólio da companhia brasileira na distribuição e no transporte do produto. Com isso, por mais que haja concorrência no começo, os preços não caem ao consumidor final.

O governo também tem feito mudanças em resoluções da ANP. Na última sexta-feira, a Petrobras já foi obrigada a quebrar o sigilo dos contratos de todos os gasodutos em que ela é a única transportadora. Isso foi necessário, por um dos detalhes desse mercado.

— Algo curioso é que ninguém sabe quanto a Petrobras cobra para transportar gás nos dutos. Ninguém revela, mas estima-se que seja fora dos padrões, muito caro — explica um especialista do mercado.

Há muitas distorções no gás natural provocadas pela falta de concorrência e uma regulação falha. O passo dado ontem é importante e vai na direção certa,

só não é uma solução milagrosa e imediata. Ninguém no mercado acredita em queda brusca nos preços do gás. O tal choque de energia barata é mais um produto do marketing governamental.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: As viúvas da Petrobras

A 27ª edição do Anima Mundi, tradicional festival brasileiro de animação que será realizado em Rio e São Paulo na 2ª quinzena deste mês, esteve ameaçada por causa da retirada de apoio da Petrobras. Mas a turma não só arrecadou R\$ 400 mil por financiamento coletivo como a secretária municipal de Cultura do Rio, Mariana Ribas, conseguiu mais R\$ 400 mil pela lei de incentivo municipal.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 09/07/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Cade e Petrobras fecham acordo

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) homologou ontem, por unanimidade, acordo com a Petrobras para estimular a concorrência no mercado de gás natural e, consequentemente, promover uma abertura no setor. O documento prevê que caberá à estatal uma série de ações para minimizar condutas anticompetitivas no setor. E o Cade, em contrapartida, deverá arquivar investigações sobre a petroleira nessa área. Até o cumprimento dos compromissos pela Petrobras, as ações ficarão apenas suspensas.

Relator do processo, o presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, garantiu que as medidas serão realizadas em cronograma possível, a ser estabelecido em conjunto pelo conselho e pela empresa. Pelo acordo, a Petrobras se compromete a vender as transportadoras Nova Transportadora do Sudeste (NTS, com participação da Petrobras de 10%), Transportadora Associada de Gás (TAG, com participação de 10%) e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG, com participação de 51%), além de alienar a participação acionária indireta em companhias distribuidoras. O desinvestimento deve ser concluído até o fim de 2021, com possibilidade de ser estendido por mais um ano.

Segundo Barreto de Souza, o acordo vai ampliar o mercado de gás natural “a novos agentes econômicos e a investimentos nacionais e internacionais, em vários níveis da cadeia produtiva”. Atualmente, a empresa é responsável por 77% da produção nacional de gás e por 100% da importação. A petroleira detém toda a capacidade na malha de transporte e participação acionária em todos os dutos de transporte. A empresa é sócia de 20 das 27 distribuidoras de gás do país.

O acordo é considerado pelo governo um ponto essencial para a abertura do mercado de gás e para a redução dos preços. Após a sessão, Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, afirmou que a empresa está empenhada em sair do transporte e distribuição de gás.

MME / ASCOM .